

PCP exige intervenção imediata do Governo no Porto de Lisboa!

É inadmissível para o PCP que o Governo não intervenha sobre o que se passa hoje no Porto de Lisboa, que põe não só em causa o seu funcionamento, actual e futuro, como a vida de mais de uma centena de trabalhadores.

O processo de insolvência da Associação - Empresa de Trabalho Portuário de Lisboa (A-ETPL) é fraudulento, como o PCP já denunciou, tendo em conta que os seus donos (as empresas de Estiva do Porto de Lisboa) são os seus próprios clientes, que nos últimos anos a descapitalizaram a seu favor através do simples mecanismo de vender a si próprios serviços abaixo do custo de produção.

Além disso, demonstração de que aos grupos económicos operantes hoje no Porto de Lisboa o que importa, mais do que a prontidão do serviço, é a obtenção do lucro, ocorreu que o nomeado Administrador da Insolvência declarou o encerramento da A-ETPL, procurando legitimar o despedimento colectivo dos seus trabalhadores, cerca de 140, quando não foram ouvidos a maior parte dos seus credores - os próprios trabalhadores.

Neste contexto, vários trabalhadores da A-ETPL, escalados para trabalhar pela entidade competente ao abrigo da Requisição Civil decretada, o seu sindicato, no quadro dos serviços mínimos a executar no Porto de Lisboa durante uma greve pelos seus direitos, passaram a ser impedidos de entrar nos terminais portuários. Ao mesmo tempo que eram necessários, como prova a ilegítima Requisição Civil decretada pelo Governo com base na afirmação patronal de que os serviços mínimos não estavam a ser cumpridos. Para o patronato vale tudo e o Governo lá está para o servir.

Vários trabalhadores, alegadamente despedidos da A-ETPL neste processo fraudulento, estão a ser vítimas de assédio para assinar contrato com a outra ETP existente, a Porlis, do Grupo Yilport, ou a ETP Prime, do Grupo ETE, recentemente criada pelos grupos económicos ao mesmo tempo que procuram destruir a A-ETPL. Também é importante referir que estivadores de outras empresas estão a receber processos disciplinares com vista a despedimento, quando sempre cumpriram a lei.

Num período em que o país se encontra em Estado de Emergência devido ao surto pandémico do Covid 19, e num momento em que as empresas procuram legitimar este despedimento colectivo, a movimentação de cargas no Porto de Lisboa encontra-se assegurada por um escasso

Pelo imediato controlo público da empresa de trabalho portuário de Lisboa



número de trabalhadores, insuficiente para dar resposta às necessidades impreteríveis, como o abastecimento dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, e sem as mínimas condições de salvaguarda face ao surto pandémico, sem equipas de reserva. Está em causa a operação no Porto de Lisboa e, se nada for feito, os impactos noutros portos também serão inevitáveis.

O PCP considera que esta é uma situação inadmissível, criada pelos interesses da obtenção do lucro dos grupos económicos, como o grupo Yilport, e que o Governo, ao não agir contra este ataque, está a ser conivente com uma grave situação: está em causa o futuro de mais de uma centena de trabalhadores, há largos meses a receberem salários em atraso com a justificação da situação financeira da empresa (que é fruto da sua gestão fraudulenta), e que são mais que necessários ao funcionamento do Porto de Lisboa.

O PCP insta o Governo para que no imediato, neste contexto, declare o controlo público da A-ETPL, potenciando os seus trabalhadores, que indubitavelmente são indispensáveis à operação do Porto de Lisboa. O PCP apresentou ainda um projecto de lei na Assembleia da República que inverte o rumo liberalizante dos últimos anos, rompendo com a dependência dos grupos económicos e permitindo que sejam criadas melhores condições de trabalho, nomeadamente com o combate à precariedade e a ajuda à conciliação da vida profissional com a pessoal.



Sector dos Transportes da Organização Regional de Lisboa

sector.transportes@dorl.pcp.pt

www.pcp.pt

